

# JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS **SEM TERRA**



[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

Edição Especial Contra a Fome, Por Terra e Vida: Fora Bolsonaro Genocida! • Setembro de 2021



**CONTRA A FOME**  
**POR TERRA E VIDA**  
**FORA BOLSONARO GENOCIDA!**



Da terra que pisamos, é morada, nos alimenta, e para onde vai nosso suor do trabalho, gritamos: resistência ativa, não mais em nosso nome!

Vivemos um período de crise estrutural do capitalismo, que tem nos colocado frente à maior crise econômica, ambiental, política e social, como nunca vista na história. Sua forma de exploração do trabalho, dos bens da natureza e da vida tem articulado uma agenda violenta de ataque aos direitos da classe trabalhadora, de captura do Estado para servir aos interesses econômicos de alguns poucos e no aprofundamento das desigualdades sociais.

No mesmo compasso, no campo, o governo Bolsonaro e a bancada ruralista, defendendo os interesses do agronegócio, não só paralisaram a Reforma Agrária, as políticas de crédito e investimentos na agricultura camponesa e familiar, como também tem articulado sob a condução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), um plano de privatização e re-concentração dos assentamentos, com a titulação.

Isso tudo em um cenário onde registramos que 116,8 milhões de pessoas (o equivalente a duas vezes a população da Argentina) vivem em insegurança alimentar, isto é, não tem condição de fazer as três refeições básicas. E 19,1 milhões estão **passando fome**, enquanto o agronegócio comemora e propaganda o registro de suas “super safras” de produção e de lucros. Os dados são da pesquisa Rede Penssan de dezembro de 2020.

O nosso Jornal Sem Terra vem debater esses desafios e o papel da titulação na vida das famílias Sem Terra, denunciando os interesses do governo, dos ruralistas, e a condução arbitrária e cheia de ilegalidades do INCRA. É tempo de fortalecer nossa organização e nos mantermos vigilantes ao valor e ao princípio que construímos ao longo da nossa história de luta de que a **terra não é mercadoria**, é

**de quem nela vive e trabalha!** Se às suas mãos chega, é para ser “ajuntamento” e abraço do Sem Terra da Amazônia, aos Sem Terra do Sul, do Nordeste ao Centro-Oeste e Sudeste, pois seguimos juntas/os em cada ação de solidariedade realizada pelo país, nas lutas que temos feito. É por isso que chega ao seu núcleo de base, acampamento, assentamento, escola, cooperativa, querendo ser espaço de encontros com segurança, para ser uma ferramenta de preparação dos nossos planos de lutas.

Esse país não tem futuro sem Reforma Agrária Popular, companheirada! Que façamos dessa ferramenta para arar as ideias, organizar nossa força e reafirmar nossos punhos pelo que nos mantém vivos: a terra para viver, trabalhar e sermos livres. E seremos! Se cuidem, se vacinem, usem máscaras adequadas e não promovam aglomerações. A pandemia não acabou.

**Boa leitura e debate!  
Nos encontramos em luta!**

## Como usar o seu JORNAL SEM TERRA?

Você tem em mãos mais uma Edição Especial do Jornal Sem Terra. Confira as dicas de uso para aproveitar ao máximo cada conteúdo!

**1**

Vamos ocupar nossas estruturas? É fundamental levar o jornal para nossas escolas, centros de formação e espaços de estudos coletivos do MST.

**2**

Utilize nossa organicidade para debater as questões do jornal. Núcleos de base, assembleias e as diversas reuniões, seja nos assentamentos, acampamentos, espaços dos setores e direções, são espaços importantes para potencializar esse instrumento.

**3**

Cuide bem do seu jornal. Guarde ele em um ambiente seco e protegido. Ele é um documento histórico de nossa organização.

**4**

Ajude na distribuição! Converse com seu/sua dirigente ou a coordenação do Setor de Comunicação do seu estado, regional, brigada, assentamento ou acampamento para construir uma estratégia de distribuição para que ele chegue ao maior número de pessoas possíveis.

## Violência na luta pela Terra bate recordes no governo Bolsonaro

Além do desmonte das políticas agrárias para os povos do campo, das águas e das florestas, nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro os dados confirmam que o aumento da violência contra os trabalhadores rurais é alarmante, sendo os piores da última década.

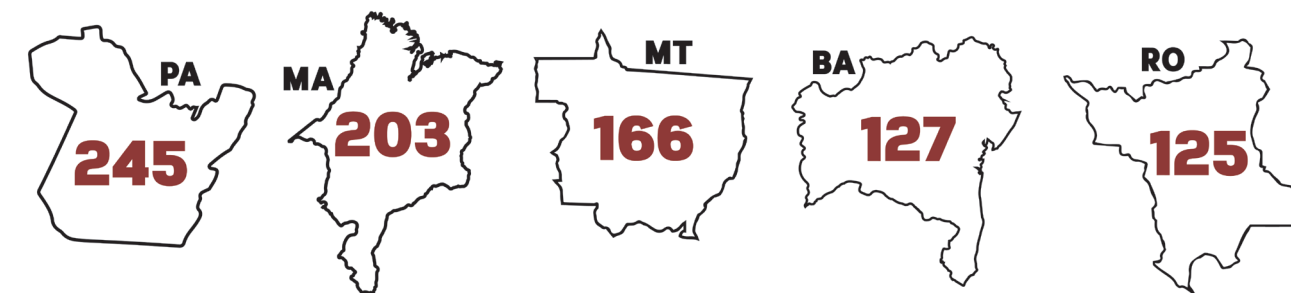
O período de maior violência ocorreu durante a pandemia do Coronavírus, a partir de 2020, sendo o maior número em 35 anos, desde o início dos registros, em 1985. No total foram registrados 1.576 conflitos por terra em 2020, com 171.625 famílias afetadas, conforme o “Caderno de Conflitos no campo 2020”, lançado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os estados com registro de maior violência foram Pará, Maranhão e Mato Grosso, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Porém, no comparativo entre as décadas o maior destaque é para as regiões Norte e Nordeste, que em dez anos se alternam entre o primeiro lugar no ranking de conflitos. O maior número de ocorrências foi registrado em seis estados da Amazônia Legal, concentrando 53% do total de conflitos que afetaram mais de 1 milhão de famílias em dez anos.

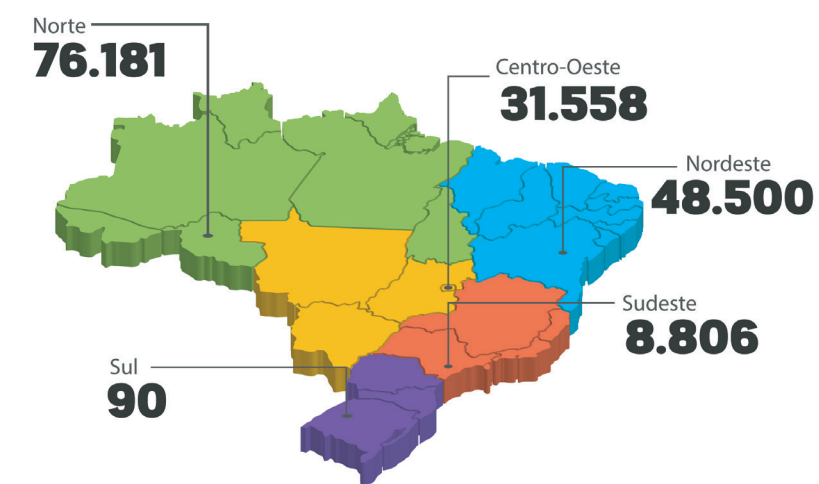
### RANKING POR REGIÃO EM 2020



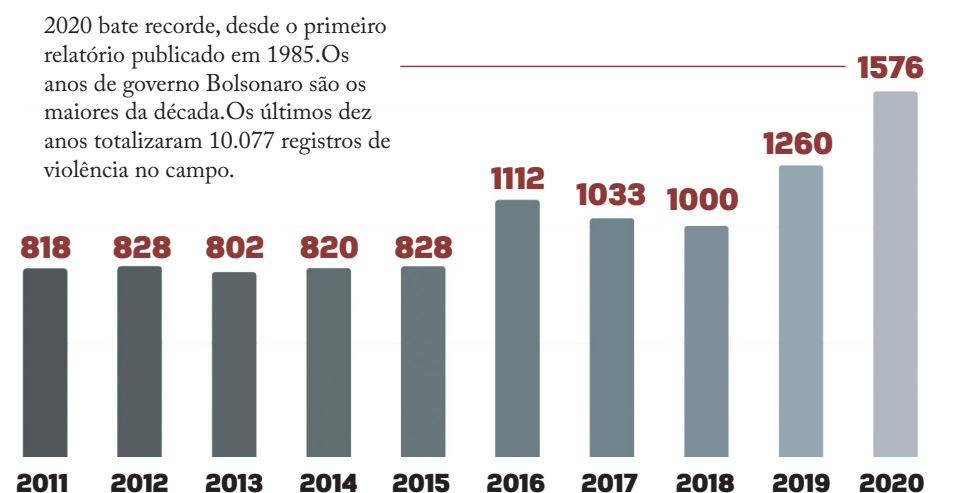
### 5 ESTADOS COM MAIS OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS



### FAMÍLIAS AFETADAS



### COMPARATIVO DO CRESCIMENTO POR ANO: 2011-2020



Fonte: Caderno de Conflitos no Campo - 2020, CPT, Maio 2021.

#### EXPEDIENTE

Esta edição Especial do Jornal Sem Terra foi construída intersetorialmente e pela Campanha Contra a Fome, por Terra e Vida: Fora Bolsonaro Genocida!, do MST. **Coordenação Geral:** Solange Engelmann e Wesley Lima. **Edição:** Fernanda Alcântara. **Revisão:** Cássia Bechara, Atiliana Brunetto, Jailma Lopes, Divina Lopes e Kelli Mafort. **Diagramação:** Marina Tavares. **Capa:** Gustavo Palermo. **Tiragem:** 50 mil | [redacaomst@gmail.com](mailto:redacaomst@gmail.com)

# VOLTA AO PASSADO

Titulação de Bolsonaro quer deixar famílias assentadas sem-terra novamente



Diógenes Rabello

Mulheres Sem Terra denunciam privatização dos assentamentos em frente ao escritório da Fundação Itesp, em Mirante do Paranapanema/SP

O programa “Titula Brasil” prevê a privatização das terras e a apropriação dos assentamentos de Reforma Agrária, que serão colocados à disposição do mercado

Por Solange Engelmann e Geanini Hackbardt

O MST considera a terra como um bem comum, assim como a água, ar, sol, as florestas. O Movimento é contra o uso desses bens da natureza como mercadoria ou que sejam privatizados e colocados a serviço do lucro e da destruição.

Porém, após o desmonte das políticas de Reforma Agrária e da agricultura familiar, o mais recente ataque do governo Bolsonaro aos trabalhadores/as Sem Terra foi a criação do programa “Titula Brasil”, que retira as atribuições de titulação e regularização fundiária do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e transfere para as prefeituras, facilitando a regularização da grilagem de terras.

Para Dilei Schiochet, da Direção Nacional do MST na Paraíba, o que está por trás do programa “Titula Brasil” é um retorno à privatização das terras no Brasil e a apropriação das terras dos assentamentos de Reforma Agrária, que serão colocadas à disposição do mercado.

“Vem para extinguir a Reforma Agrária, porque ao titular eu deixo de ser público da Reforma Agrária e passo a ser um “agronegocinho”, um pequeno agricultor. E perdemos todos os benefícios que conquistamos para as áreas de assentamentos como o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], o crédito moradia. E o Pronera [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária].”

**MST não é contra titulação, mas defende outra proposta**

O MST discute com as famílias assentadas o tema da titulação desde 1998, com base na Constituição de

1988. O debate se aprofundou na base a partir de 2014. Antônia Ivoneide, dirigente do setor de produção do MST, explica que o Movimento não é contra a titulação de terra, mas defende a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para os assentamentos da Reforma Agrária Popular. Isso garante aos/as assentados/as a posse da terra e evita a perda do direito de permanecer na terra e das políticas conquistadas para as próximas gerações.

Na criação de um assentamento, a lei garante um título provisório, o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que regulariza a situação do/a assentado/a perante ao Incra e aos órgãos jurídicos.

A CDRU é um título definitivo, em que a família assentada tem o direito à posse da terra assegurado, e também garante acesso aos créditos e benefícios da Reforma Agrária. A modalidade garante ainda o direito à herança ou que possa ser destinada para outra família, nas mesmas condições de acesso à Reforma Agrária. Portanto, nos assentamentos em que as famílias optarem pelo

CDRU, além de conquistar o direito definitivo à posse da terra, também permanecem como beneficiárias das políticas de Reforma Agrária.

Ao contrário disso, o Título de Domínio (TD) é um título privado, que permite a comercialização da terra, porém somente após dez anos, depois do pagamento da terra junto ao Incra. Caso opte por esse título, a família assentada não terá a segurança de permanecer na terra e perde o acesso aos benefícios de assentado/a da Reforma Agrária, se tornando um pequeno produtor privado.

Antônia alerta que já é grande o assédio que as famílias assentadas vêm sofrendo pelo Incra, das prefeituras, empresas e políticos do agronegócio em “optar” pelo TD. E a tendência é que essa pressão se amplie, pois ao adotar o TD e perder os benefícios e apoio que contavam como assentadas, essas famílias também ficam isoladas. A dirigente acrescenta que a opção pelo título privado, além de promover a privatização da terra, faz com que “as pessoas que estão vivendo



Arquivo MST

Entrega da CDRU no assentamento Jaelson dos Santos, no Piauí

nos assentamentos percam o direito de herança da terra, e de permanecer com a posse da terra.”

## Resistência à titulação

Para evitar que os assentamentos conquistados em anos de luta pelas famílias Sem Terra sejam privatizados pela titulação, o MST organiza materiais informativos e realiza debates com os/as assentados/as para discutir a importância da opção pela CDRU.

Dilei reforça que é necessária a continuidade do trabalho de base com as famílias, para aprofundar a compreensão de que a terra é um bem natural e deve estar a serviço do povo. “Nós temos um grande trabalho de resistência com a nossa base, para informá-la e formá-la. Todas as famílias têm direitos ao título. Mas não um título que empenhe a terra num banco ou que uma empresa privada possa se apropriar da terra”.

No Piauí, a titulação dos assentamentos está acontecendo como em vários outros estados, e apesar de haver muita propaganda, o Incra tem agido aos poucos, primeiro em áreas sem a organização do MST, isto porque, segundo o dirigente nacional do MST no estado, Josiel da Silva Santos, “eles já sabem da nossa posição”. O Incra tem chamado empresas para irem até as áreas oferecerem aos assentados serviços de demarcação de terra. Ele alerta que “essas empresas cobram pelo valor de demarcação. É um absurdo”.

Mesmo com toda pressão, as famílias assentadas seguem na resistência e debatem a questão em vários locais, o que contribuiu para que dois assentamentos do MST no Piauí conquistassem a CDRU por meio da organização interna, fazendo a opção por este documento em detrimento do TD.

No entanto, tais áreas foram conquistadas através do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e foi por ele que passaram as CDRUs do assentamento 8 de Março, titulado em 2019, no município de Teresina, dadas individualmente a cada família. Já no assentamento Jaelson dos Santos, no município de Pio IX, a CDRU foi conquistada coletivamente este ano, em nome da associação do assentamento.

As possibilidades variam de acordo com a realidade dos territórios. Em São Paulo, por exemplo, o governo Dória, por meio da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), segue a linha do governo federal. Com isso as áreas públicas do estado que foram destinadas à Reforma Agrária também podem ser privatizadas. São diversos os impactos disso.

Para o dirigente estadual do MST Delwek Matheus, a proposta “é inconstitucional” e “certamente vai impactar na desagregação das comunidades”. Ele alerta para a ameaça dessa perda de identidade e os impactos da monocultura sobre os bens naturais. O Movimento propõe que o projeto seja retirado da Assembleia Legislativa

de São Paulo e orienta as famílias a optarem pela CDRU.

No Rio Grande do Sul não é diferente. Ildo Pereira da Direção Nacional do MST no estado, relata que há uma ofensiva do Incra, articulada por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do estado, que tem pressionado as famílias assentadas em adotar o TD, porém o MST vem discutindo e organizando formas de resistir a isso junto às famílias assentadas.

Os principais assentamentos pressionados pela titulação são onde o projeto de Reforma Agrária Popular do MST está mais consolidado, como a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), em Eldorado do Sul, que produz arroz orgânico, e no Assentamento Roça Nova, em Candiota, que abriga a Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur. Porém, a titulação privada acarreta várias dificuldades aos assentados/as, que deixam de receber créditos federais, destinados

aos assentamentos pelo Incra e passam a depender das prefeituras. “Na região metade sul do Rio Grande do Sul, historicamente pouco desenvolvida, o município não tem condições de fornecer uma política pública para ajudar os assentamentos, isso acarreta diretamente em prejuízo pras famílias assentadas”, resume Ildo.



# Reforma Agrária Popular pelo Brasil

Acompanhe as experiências desenvolvidas em torno da Luta pela Terra, como a produção e doação de alimentos saudáveis e experiências relacionadas à saúde, educação e outras frentes.

## Amazônica

### MA

Pelas mãos de mulheres assentadas da região amazônica, a mandioca tem rendido produtos diversos, desde farinha até o fornecimento de matéria-prima para cerveja. No assentamento Cristina Alves, localizado em Itapecuru-Mirim (MA), residem 110 famílias, todas direta ou indiretamente envolvidas no processo de produção, cultivo e beneficiamento da mandioca.

As mulheres estão agregando renda, valor e melhorando a sua qualidade de vida no campo. Cerca de 9.000 beneficiados pelo Plano Mais IDH, mais de 70% são mulheres. Elas estão organizadas coletivamente, alimentam suas famílias e fornecem o produto para mercados institucionais.



Arquivo MST

## Centro-Oeste

### MS

Por Bruno Diniz

O Centro de Capacitação e Pesquisa Geraldo Garcia do MST (CEPEGE) produz através da agroecologia alimentos saudáveis, com a participação dos militantes de movimentos sociais e parceiros que vivem na cidade. O CEPEGE realiza vendas de cestas agroecológicas e o recurso das vendas é revertido em compra de mudas,



Bruno Diniz

adubo e combustível para doações das cestas nas cidades de Sidrolândia, Campo Grande e Dourados.

As ações de doações acontecem há mais de 1 ano e fazem parte da campanha nacional de solidariedade do MST que acontece em todo o Brasil. O Centro já contribuiu com mais de 2 mil cestas agroecológicas às famílias necessitadas.

## Sul

### PR

Por Ednubia Ghisi

A solidariedade e a organização são as palavras de ordem para o povo Sem Terra do Paraná. Desde março de 2020 até agosto deste ano, 776 toneladas de alimentos foram partilhadas com quem mais precisa, especialmente moradores das periferias urbanas. Foram mais de 120 ações frutos da luta pela terra. Acampamentos e assentamentos



Leonardo Henrique

de pelo menos 85 cidades do estado já se somaram às iniciativas. Em Curitiba, cerca de 180 militantes voluntários se somam na ação das Marmitas da Terra, coordenada pelo MST. Mais de 73 mil marmitas já foram produzidas e doadas em cidades da região metropolitana. A produção é semanal, também com mutirões de cultivo e colheita em roças comunitárias no assentamento Contestado, na Lapa.

## Nordeste

### BA

Por Comunicação EPAEB

A Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto nasce como uma conquista do MST no extremo sul da Bahia, dominada pela monocultura do eucalipto, do café, da cana e pastos. A construção da escola aconteceu em meio à essa tensão entre modelos de desenvolvimento e a escola se torna ferramenta pedagógica dos trabalhadores do campo.

A Escola Popular traz em sua essência os desafios da luta pelo acesso à terra, a construção de tecnologias apropriadas à agricultura camponesa e a formação política e técnica permanente dos assentados e acampados.



Cadu Souza



Comunicação MST Espírito Santo

## Sudeste

### ES

Por Setor de Comunicação do MST no Espírito Santo

O debate da titulação tem sido central para as famílias assentadas no Espírito Santo, que chamam a atenção para o assentamento Pip-Nuck, em Nova Venécia.

O MST tem feito o debate nos assentamentos sobre o impacto da titulação na vida das famílias, evidenciando os interesses do governo federal por trás da titulação das terras. O Ministério Público também será acionado para denunciar a condução do Incra diante desse processo, além de conversas com prefeitos dos municípios para buscar impedir os acordos de parcerias com o Instituto, somando forças para barrar qualquer tentativa de repressão contra a luta do povo Sem Terra.

## Contra o DESMATAMENTO, o plano é PLANTAR!

Por Diógenes Rabello

Em entrevista exclusiva, Luiz Zarref, engenheiro florestal e doutor em geografia agrária, do Setor de Produção do MST, faz análise sobre a Conjuntura Agrária e Questão ambiental, mostrando experiências de reflorestamento do MST no Plano Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis. Confira!

### Como o MST tem encarado o tema ambiental no Brasil?

A questão ambiental é uma das dimensões da crise estrutural do capitalismo. A forma como o capitalismo explora os trabalhadores e as trabalhadoras e a natureza produz uma série de contradições ambientais no Brasil, e essas contradições têm alcançado níveis únicos na história, tanto em nível planetário como em níveis dos territórios, dos estados e dos países.

A partir de 2016 temos um avanço brutal da dinâmica destrutiva do capital sobre a natureza, passamos a ter liberações recordes de agrotóxicos, inclusive diversos deles proibidos em outros lugares do mundo. Tivemos retomada de índices recordes de desmatamento na Amazônia, mas não só na Amazônia, em diversos biomas brasileiros e tivemos o aprofundamento da crise hídrica como consequência do avanço do agronegócio e da mineração sobre os nossos recursos hídricos. Temos visto e vivido também uma pandemia de câncer e de outras doenças relacionadas com os agrotóxicos, que estão principalmente nos produtos que a classe trabalhadora consome porque não tem acesso a uma diversidade maior de alimentos.

### Como você avalia a política ambiental no governo Bolsonaro?

Existe uma política de destruição ambiental, além de ações diretas contra servidores do Ibama e do ICMBio que trabalhavam no combate ao desmatamento, queimadas e mineração. O que se pretendeu desde o início do governo Bolsonaro foi criar um ambiente favorável para que o agronegócio e a mineração avançassem na destruição do meio ambiente, e o resultado disso são esses recordes de queimadas e desmatamento com a intenção clara de extrair madeira e extrair minério dos territórios, mas também avançar com a grilagem de terras.

### Quais efeitos o agronegócio tem causado para a destruição ambiental?

As formas de produção do capital, que tem hoje nessa etapa da humanidade sua expressão no agronegócio e a forma de consumo das elites impostas para garantir a realização da mais-valia desses produtos, são as responsáveis pela destruição da natureza. Esse modelo de exploração está baseado na utilização de um pacote tecnológico altamente danoso ambientalmente, por que tem como base os transgênicos e os agrotóxicos utilizados em grandes escalas. A alta exploração que o agronegócio e a mine-

ração fazem nos bens naturais é também vinculada com a emissão de gases de efeito estufa, seja pelo desmatamento e a conversão de áreas florestais, áreas de cerrado e de campos nativos em áreas agrícolas por meio da queimada e utilização de insumos químicos industriais de grandes quantidades.

**O MST tem apresentado o Plano Nacional Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis como uma ferramenta para contribuir com a preservação ambiental e a biodiversidade. Poderia comentar como está sendo essa experiência? Quais têm sido os avanços do Plano?**

O Plano Nacional Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis é o

resultado concreto do que estamos acumulado como tarefas e missões da Reforma Agrária Popular. Mais do que somente preservar o meio ambiente, entendemos que é um processo que constrói esse cuidado com os bens comuns da natureza. O Plano é filho dessa reflexão e nasce frente ao grau de destruição da natureza colocado pelo governo Bolsonaro e pelo capitalismo.

Agora nosso desafio é avançar na escala, como na produção de mudas e de coleta de sementes e, junto com isso, na escala do território onde vamos plantar essas árvores. Entendemos que o Plano tem papel de denunciar o caráter destrutivo do capital, principalmente do agronegócio, com suas ações políticas legislativas e concretamente através do desmatamento e queimadas.



Arquivo MST

O engenheiro florestal, doutor em geografia agrária e do Setor de Produção do MST, Luiz Zarref

Juliana Porolniczak e Joeline Gomes

20 A 25 DE SETEMBRO

Semear o presente,  
respirar no futuro:  
Árvores vivas e fora  
Bolsonaro



DE 8 A 16 DE OUTUBRO

**MOVIMENTO SEM TERRA**  
CULTIVANDO A SOLIDARIEDADE

